JUNTA DE FREGUESIA DE ÁGUA DE PAU**Edital n.º 544/2007****Brasão, bandeira e selo**

Roberto Manuel Pereira Sousa, presidente da Junta de Freguesia de Água de Pau, município de Lagoa, torna pública a ordenação heráldica do brasão, bandeira e selo da freguesia de Água de Pau, do município de Lagoa, tendo em conta o parecer emitido em 17 de Outubro de 2006 pela Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, e que foi estabelecido, nos termos da alínea q) do n.º 2 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, sob proposta desta Junta de Freguesia, em sessão de assembleia de 13 de Dezembro de 2006:

Brasão — escudo de prata, com uma pala onçada de três tiras de azul e prata, acompanhada em chefe de uma cruz da Ordem de Cristo e de uma coroa mariana de azul com sua pedraria de ouro; campanha brocante à pala, onçada de verde e prata de três tiras. Coroa mural de prata de quatro torres. Listel branco, com a legenda a negro «ÁGUA de PAU»;

Bandeira — esquartelada de azul e branco. Cordão e borlas de prata e azul. Haste e lança de ouro;

Selo — nos termos da lei, com a legenda «Junta de Freguesia de Água de Pau — Lagoa».

14 de Dezembro de 2006. — O Presidente, *Roberto Manuel Pereira de Sousa*.

2611025246

JUNTA DE FREGUESIA DE CAMARATE**Aviso n.º 12 179/2007****Reclassificação profissional**

A Junta de Freguesia de Camarate, concelho de Loures, no exercício das competências que lhe são cometidas pelos artigos 34.º e 35.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, faz saber que é reclassificada a trabalhadora Alzira Conceição Jesus Cardoso Fernandes, cantoneira de limpeza do quadro de pessoal da Junta de Freguesia de Camarate, para a categoria de auxiliar de serviços gerais, 5.º escalão, índice 170, por deliberação do executivo da Junta de Freguesia de Camarate de 5 de Fevereiro de 2007, fundamentada nos artigos 3.º, 5.º, 6.º, 8.º e 10.º, n.º 1, todos do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, com a redacção que lhe foi introduzida pelo Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro. A nomeada deverá proceder à aceitação da nomeação nos termos da lei e no prazo de 20 dias a contar da data do dia seguinte ao da publicação deste aviso.

18 de Junho de 2007. — O Presidente, *Arlindo Manuel Ferreira Cardoso*.

2611025252

JUNTA DE FREGUESIA DE CRATO E MÁRTIRES**Rectificação n.º 989/2007**

No *Diário da República*, 2.ª série, n.º 52, de 14 de Março de 2007, a pp. 7040 e 7041, foi publicado o aviso n.º 4857/2007, referente aos concursos externos de ingresso para provimento de um lugar de cantoneiro de limpeza e um lugar de auxiliar administrativo do quadro de pessoal desta Junta de Freguesia, que, em acto contínuo, deveria ter sido publicado na BEP (bolsa de emprego público).

Com efeito, o prazo de abertura do presente concurso é alargado por igual período, ou seja, 10 dias úteis a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*, data em que será publicitado em jornal de expansão nacional.

30 de Maio de 2007. — O Presidente, *José António Correia Belo*.

2611025234

JUNTA DE FREGUESIA DE LUFREI**Aviso n.º 12 180/2007**

Para os devidos efeitos se faz público que, por deliberação do executivo da Junta de Freguesia de Lufrei de 2 de Junho de 2007, foi nomeada na categoria de auxiliar administrativo do quadro privativo da Junta de Freguesia de Lufrei, com efeitos a partir de 2 de Junho de 2007, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 128.º do Código

do Procedimento Administrativo, a candidata Maria da Luz Pinto Machado, na sequência de concurso externo de ingresso para o provimento de um lugar de auxiliar administrativo, aberto por publicação no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 40, de 24 de Fevereiro de 2006 (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

2 de Junho de 2007. — O Presidente, *António Alexandrino Ferreira Magalhães*.

2611025572

JUNTA DE FREGUESIA DE MEDELIM**Edital n.º 545/2007****Brasão, bandeira e selo**

Miguel Martins Gonçalves Ribeiro, presidente da Junta de Freguesia de Medelim, município de Idanha-a-Nova, torna pública a ordenação heráldica do brasão, bandeira e selo da freguesia de Medelim, do município de Idanha-a-Nova, tendo em conta o parecer emitido em 6 de Abril de 2006 pela Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, e que foi estabelecido nos termos da alínea q) do n.º 2 do artigo 17.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, sob proposta desta Junta de Freguesia, em sessão da Assembleia de Freguesia de 30 de Setembro de 2006.

Brasão: escudo de ouro, com monte de verde movente da ponta, rematado por calvário de púrpura, entre dois gravatos de vermelho, com as ansas para dentro; campanha diminuta de três burelas onçadas de prata, azul e prata. Coroa mural de prata de quatro torres. Listel branco, com a legenda a negro: «MEDELIM».

Bandeira: esquartelada de púrpura e amarelo. Cordão e borlas de ouro e púrpura. Haste e lança de ouro.

Selo: nos termos da lei, com a legenda: «Junta de Freguesia de Medelim — Idanha-a-Nova».

17 de Maio de 2007. — O Presidente, *Miguel Martins Gonçalves Ribeiro*.

2611025289

JUNTA DE FREGUESIA DE MIRA SINTRA**Aviso n.º 12 181/2007**

Considerando que, relativamente aos concursos externos de ingresso abertos para o provimento dos lugares de técnico superior de serviço social e auxiliar administrativo, do quadro de pessoal desta Junta de Freguesia, a que se reporta o aviso publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 214, de 7 de Novembro de 2006 (parte especial), não foi conferida publicidade ao aviso de abertura a abertura em órgão de imprensa de expansão nacional, formalidade legalmente prevista no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

Considerando que, nestes termos e com os referidos fundamentos, foi, por competente despacho do presidente da Junta de Freguesia e júri do concurso, na reunião 11 de Março de 2007, determinada a revogação do acto de autorização de abertura dos concursos em causa, nos termos do disposto nos artigos 141.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo;

De novo se publica o aviso de abertura dos concursos externos de ingresso, concedendo-se novo prazo para apresentação de candidaturas, mantendo-se, no entanto, válidas as já apresentadas no âmbito da anterior publicação.

Assim:

1 — Nos termos do disposto no artigo 28.º do Decreto Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, faz-se público que, por deliberação da Junta de Freguesia de Mira-Sintra, se encontram abertos, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*, os seguintes concursos externos de ingresso, tendo em vista o preenchimento de lugares vagos do quadro de pessoal:

- Um lugar de técnico superior de serviço social estagiário;
- Um lugar de auxiliar administrativo.

2 — Prazo de validade — os concursos destinam-se ao preenchimento das vagas mencionadas e caducam com o seu preenchimento.

3 — Legislação aplicável — os concursos reger-se-ão pelo Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, e Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, e Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro.

4 — Local de trabalho — sede da Junta de Freguesia de Mira-Sintra.

5 — Remunerações e outras condições de trabalho — a remuneração mensal é a correspondente ao índice e escalão a que, nos termos da aplicação do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 353-A/89 e 404-A/98, alterado pela Lei n.º 44/99, o funcionário tenha direito, sendo as condições de trabalho e regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública.

6 — Requisitos de admissão aos concursos:

6.1 — Referências A e B — requisitos gerais — os constantes do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho:

- a) Ter a nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
- b) Ter 18 anos completos;
- c) Possuir as habilitações literárias ou profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;
- d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- f) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

6.2 — Referência A — requisitos especiais — licenciatura em serviço social.

6.3 — Referência B — requisitos especiais:

a) Possuir a escolaridade obrigatória, tendo em conta a data de nascimento dos indivíduos, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 538/79, de 31 de Dezembro, e na Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro:

Até 31 de Dezembro de 1966 — quatro anos de escolaridade;
Entre 1 de Janeiro de 1967 e 31 de Dezembro de 1980 — seis anos de escolaridade;

A partir de 1 de Janeiro de 1981 — nove anos de escolaridade.

7 — Formalização de candidaturas — os candidatos deverão formalizar a sua candidatura mediante requerimento datado e assinado, redigido em papel branco, de formato A4, dirigido ao presidente da Junta de Freguesia de Mira-Sintra, o qual, bem como a documentação que o deve acompanhar, poderá ser entregue pessoalmente na sede da Junta de Freguesia de Mira-Sintra ou remetida pelo correio, mediante carta registada com aviso de recepção, expedida até ao termo do prazo fixado, para o seguinte endereço: Praceta da Amizade, 1, Loja, Mira-Sintra, 2735-387 Cacém, devendo no requerimento constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa (nome, filiação, nacionalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação de quem o emitiu, número de contribuinte, situação militar, morada completa e contacto);
- b) Habilitações literárias;
- c) Referência ao concurso a que se candidata, com expressa menção do número e da data do *Diário da República* onde se encontra publicado este aviso;
- d) Outros elementos que os candidatos repute susceptíveis de influir na apreciação do seu mérito ou de constituir motivo de preferência legal, os quais só serão tidos em consideração, pelo júri, desde que devidamente comprovados.

8 — Os requerimentos de admissão aos concursos deverão, sob pena de exclusão dos candidatos, ser acompanhados da seguinte documentação:

- a) *Curriculum vitae* detalhado, devidamente datado e assinado, do qual devem constar, designadamente, a identificação pessoal, as habilitações literárias e profissionais, a experiência profissional, com indicação das acções de formação finalizadas, respectiva duração, data de realização e entidade promotora;
- b) Fotocópia do certificado de habilitações literárias;
- c) Fotocópia do bilhete de identidade;
- d) Documentos comprovativos da posse dos requisitos gerais de admissão a concurso, referidos nas alíneas a), b), c), d), e) e f) do n.º 6.1 do presente aviso, os quais serão dispensados temporariamente desde que os candidatos declarem, no respectivo requerimento, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontram relativamente a cada um dos requisitos;
- e) Fotocópia dos documentos comprovativos de formação profissional.

9 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos determinam a exclusão do concurso e serão punidas nos termos legais.

10 — Métodos de selecção a utilizar — nos termos do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 204/98 (referências A e B):

- Avaliação curricular (com carácter eliminatório);
- Provas de conhecimentos gerais (com carácter eliminatório);

Provas de conhecimentos específicos (com carácter eliminatório);
Entrevista profissional de selecção.

10.1 — A prova de conhecimentos gerais (referências A e B), com carácter eliminatório, de natureza teórica, sob a forma escrita, com consulta da legislação e a duração de sessenta minutos, versa sobre a seguinte legislação, sendo a sua classificação expressa na escala de 0 a 20 valores:

- a) Constituição da República Portuguesa;
- b) Deontologia do Serviço Público — Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/97, de 22 de Março — «Carta ética — Dez princípios éticos da Administração Pública»;
- c) Regime de férias, faltas e licenças — Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com as alterações da Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, Decreto-Lei n.º 70-A/2000, de 5 de Maio, e Decreto-Lei n.º 157/2001, de 11 de Maio;
- d) Estatuto remuneratório dos funcionários e agentes da Administração Pública — Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, e Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, com as alterações subsequentes;
- e) Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Pública — Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro;
- f) Regime jurídico do funcionamento dos órgãos municipais e das freguesias e respectivas competências — Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

10.2 — Os candidatos aprovados na prova de conhecimentos gerais são admitidos a prova de conhecimentos específicos.

10.3 — A prova de conhecimentos específicos, com carácter eliminatório, de natureza teórica, sob a forma escrita, com consulta da legislação e a duração de sessenta minutos, versa sobre a seguinte legislação, sendo a sua classificação expressa na escala de 0 a 20 valores:

10.3.1 — Referência A:

- Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, com as alterações da Lei n.º 31/2003, de 22 de Agosto;
- Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de Junho;
- Resolução n.º 197/97, de 18 de Novembro, e Declaração de Rectificação n.º 10-O/98;
- Portaria n.º 295/93, de 13 de Março;
- Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio, e Declaração de Rectificação n.º 7/2003, de 29 de Maio;
- Decreto-Lei n.º 283/2003, de 8 de Novembro;

Bibliografia:

Ministério da Segurança Social e do Trabalho (2003) (2005), Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI) 2003-2005 e actualizações para o período 2005-2006 — Ministério da Segurança Social e do Trabalho;

Instituto para o Desenvolvimento Social (2002), Plano de Desenvolvimento Social: Rede Social, Lisboa, IDS.

Referência B:

- a) Regime de recrutamento e selecção de pessoal para a Administração Pública — Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho;
- b) Regime da estruturação de carreiras da Administração Pública — Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, e Portaria n.º 807/99, de 21 de Setembro, com as alterações subsequentes;
- c) Regime dos acidentes em serviço e das doenças profissionais — Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de Novembro, com as alterações subsequentes;
- d) Código do Procedimento Administrativo — Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações subsequentes;
- e) Aquisição de bens e serviços na Administração Pública — Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, com as alterações subsequentes.

10.4 — Consideram-se excluídos os candidatos que, em qualquer das provas escritas, obtiverem classificação inferior a 9,5 valores.

10.5 — A entrevista profissional de selecção (referências A e B) visa determinar e avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as capacidades e aptidões profissionais e pessoais dos candidatos, por comparação com o perfil e a exigência das funções, sendo a sua duração máxima de vinte minutos e a respectiva classificação expressa na escala de 0 a 20 valores, ponderados os seguintes factores:

- Motivação;
- Conhecimento da função;

Qualidade e experiência profissional;
Capacidade de expressão e fluência verbal;
Responsabilidade e maturidade profissional.

11 — A realização dos métodos de selecção será oportunamente comunicada aos candidatos, nos termos do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho.

12 — Classificação final — a classificação final será escalonada de 0 a 20 valores, de acordo com a seguinte fórmula, considerando-se reprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores:

$$CF = \frac{PCG + PCE + EPS \times 2 + AC \times 2}{6}$$

em que:

CF = classificação final;
PCG = prova de conhecimentos gerais;
PCE = prova de conhecimentos específicos;
EPS = entrevista profissional de selecção;
AC = avaliação curricular.

13 — Em caso de igualdade de classificação, prefere o candidato que reúna as condições previstas nos n.ºs 2 e 3 do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro.

14 — Os critérios de apreciação e ponderação constam de acta de reunião do júri do concurso, a qual será facultada aos candidatos, sempre que solicitada.

15 — Regime do estágio (referência A) — a frequência do estágio é efectuada de acordo com o disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, tem carácter probatório e terá a duração de um ano.

16 — A avaliação do estágio será efectuada com base:

- No relatório de estágio, a apresentar pelo estagiário;
- Na classificação de serviço obtida durante aquele período;
- Na avaliação de cursos de formação que eventualmente venham a ter lugar.

16.1 — A classificação final do estágio traduzir-se-á na escala de 0 a 20 valores e resultará da média aritmética das classificações em cada uma das alíneas do número anterior.

16.2 — O candidato admitido a estágio será provido a título definitivo no lugar de técnico superior de 2.ª classe, desde que obtenha classificação final de estágio não inferior a *Bom* (14 valores).

17 — Constituição do júri dos concursos (referências A e B):

Presidente (presidente da Junta) — Rui Pedro Miranda Pinto.
Vogais efectivos:

- Maria Albertina Correia Santos.
- António Luís Mateia.

Vogais suplentes:

- António Gonçalves Antunes.
- Rita de Barros e Vasconcelos.

18 — A notificação dos candidatos excluídos, bem como a publicação da relação dos candidatos admitidos e da lista de classificação final, far-se-ão nos termos dos artigos 33.º, 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho.

19 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

22 de Junho de 2007. — O Presidente, *Rui Pedro Miranda Pinto*.
2611025342

JUNTA DE FREGUESIA DE OLEIROS

Aviso (extracto) n.º 12 182/2007

Contratos de trabalho a termo resolutivo certo

Para efeitos do estipulado na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que, por meu despacho de 22 de Maio de 2007, foi decidida a celebração de dois contratos de trabalho a termo resolutivo certo, por um ano

e por urgente conveniência de serviço, ao abrigo da alínea *h*) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, com efeitos a partir de 2 de Julho de 2007, com os seguintes candidatos classificados no 1.º lugar dos respectivos concursos abertos por meu despacho de 19 de Março de 2007:

Auxiliar administrativo — Carla das Neves Alves Lourenço.
Cantoneiro de vias municipais — Fernando Mateus.

(Isento de visto pelo Tribunal de Contas.)

25 de Junho de 2007. — O Presidente, *Alfredo de Jesus Martins*.
2611025859

JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO LOURENÇO

Aviso (extracto) n.º 12 183/2007

Para os devidos e legais efeitos, a Junta de Freguesia de São Lourenço, concelho de Setúbal, torna público que, na reunião ordinária de 11 de Janeiro de 2007, tomou, por unanimidade, a deliberação de considerar nula, com os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 134.º do Código do Procedimento Administrativo, a deliberação de abertura do concurso interno de ingresso para provimento de dois lugares de assistente administrativo, tomada na reunião da Junta de Freguesia de 16 de Julho de 2001, por violação do disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 247/87, de 17 de Junho, na sequência do qual foram admitidas as funcionárias Dina Teresa Serrinha Dias Frescata Jacob e Corina Otybel Duarte de Nóbrega Nogueira.

19 de Abril de 2007. — O Presidente, *Henrique Pinto Gonçalves*.
2611025292

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ALCOBAÇA

Aviso n.º 12 184/2007

Alteração de júris de concursos

Para os devidos efeitos se faz público que, nos termos da deliberação do conselho de administração, tomada em 30 de Maio último, os júris dos concursos internos de acesso geral para provimento de um lugar de operário qualificado principal — carreira de electricista (publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 105, de 1 de Junho de 2005) e de um lugar de operário qualificado principal — carreira de pedreiro (publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 169, de 2 de Setembro de 2005) passam a ter a seguinte composição:

Presidente — José Fialho Vinagre, administrador do conselho de administração.

1.º vogal — José Manuel Braga Rilho, director-delegado, que substituirá o presidente do júri durante as suas faltas e impedimentos.

2.º vogal — Rui Miguel Ferreira da Graça, técnico superior de 2.ª classe.

Suplentes:

Alcina Maria Clemente Gonçalves, administradora.
Rui Alberto Valbom Marques, encarregado.

19 de Junho de 2007. — O Administrador do Conselho de Administração, *José Fialho Vinagre*.

2611025258

Aviso n.º 12 185/2007

Reclassificações profissionais

Para cumprimento do disposto no artigo 6.º, n.º 5, do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, aplicável à administração local com as adaptações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, faz-se público que o conselho de administração, em reunião ordinária realizada no pretérito dia 8 de Maio, deliberou, com fundamento no artigo 2.º, alínea *e*), do supra-mencionado Decreto-Lei n.º 218/2000, reclassificar os seguintes funcionários:

Rui Manuel de Oliveira Leonardo, detentor da categoria de cabouqueiro do grupo de pessoal operário semiquilificado, posicionado no escalão 2, índice 146, para a categoria de operador de estação elevatória do grupo de pessoal altamente qualificado, escalão 1, índice 189.

José Luís Henriques Cadaveira, detentor da categoria de leitor-cobrador de consumos do grupo de pessoal auxiliar, posicionado no escalão 3, índice 194, para a categoria de fiscal do serviço de águas e saneamento do mesmo grupo de pessoal, escalão 5, índice 204.